



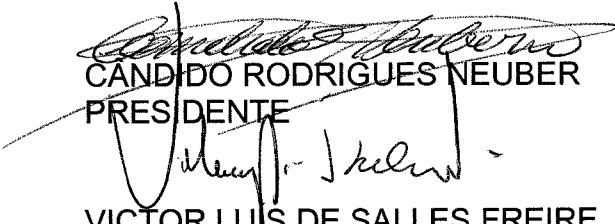
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º 13852.000080/98-10  
Recurso n.º : 141.028 – *EX OFFICIO*  
Matéria : IRPJ – Ex(s): 1994  
Recorrente : DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP  
Interessado(a): FAZENDA BURACÃO AGRÍCOLA PECUÁRIA LTDA.  
Sessão de : 20 de outubro de 2005  
Acórdão n.º : 103-22.136

**DECLARAÇÃO RETIFICADORA – ERRO DE PROCESSAMENTO –**  
Improcede o lançamento que se apóia em declaração retificadora  
atribuída a ano calendário diverso do indicado pelo sujeito passivo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto  
pela DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM RIBEIRÃO  
PRETO/SP..

ACORDAM os membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de  
Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso *ex officio*, nos  
termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER

PRESIDENTE

  
VÍCTOR LUIS DE SALLES FREIRE  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 08 NOV 2005

Participaram ainda do presente julgamento os Conselheiros: ALOYSIO JOSÉ  
PERCÍNIO DA SILVA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, MAURÍCIO PRADO DE  
ALMEIDA, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, PAULO JACINTO DO  
NASCIMENTO e FLÁVIO FRANCO CORRÊA.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º 13852.000080/98-10  
Acórdão n.º : 103-22.136

Recurso n.º : 141.028 – EX OFFICIO  
Recorrente : DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP

### RELATÓRIO

Trata o vertente procedimento de auto de infração de IRPJ, lavrado em decorrência de ação fiscal levada a efeito no contribuinte e que apurou certo prejuízo fiscal indevidamente compensado na demonstração do lucro real, pertinentemente ao ano-calendário de 1993.

Inconformado com o lançamento, o contribuinte apresentou impugnação onde alega que os valores apurados pela autuação “que deram origem ao presente “Auto de Infração” foram lançados incorretamente, já que os dados constantes do mesmo são da Declaração de Rendimentos Retificadora no ano Calendário de 1994, (...) e não do ano Calendário de 1993, (...) que seria o correto.”

A r. decisão monocrática de fls. 75/77 entendeu de julgar o lançamento improcedente, cancelando-o integralmente.

No particular, o veredito assim se ementou:

“Cancela-se o lançamento relativo a glosas na compensação de prejuízos, em razão de erro de fato, por ter sido a declaração retificadora do 1º semestre do ano calendário de 1994 processada como retificação da relativa ao ano-calendário de 1993.”

Tendo em vista que o valor exonerado ultrapassa o limite de alcada, houve recurso de ofício.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º 13852.000080/98-10  
Acórdão n.º : 103-22.136

VOTO

Conselheiro VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE, Relator

O apelo de ofício tem o pressuposto de admissibilidade porquanto a matéria tributável cancelada, aliás total, excede o limite de alçada previsto no inciso I do art.34 do Decreto 70.235/72 com a redação dada pelo artigo 3º. da Lei 8.748/93. Assim dele conheço.

No mérito nenhum reparo a fazer ao veredito monocrático haja vista que o lançamento aflorou por erro de processamento de certa declaração retificadora pela Secretaria da Receita Federal, que atribuiu-a ao ano calendário de 1993, quando deveria ser do ano calendário de 1994, assim distorcendo-se toda a realidade fática e tornando insustentável a revisão eletrônica do ano primeiramente citado.

É como voto, improvendo o apelo.

Sala das Sessões-DF., em 20 de outubro de 2005

VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE

A handwritten signature in black ink, appearing to read "VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE".